

Lei penal no tempo e espaço

↳ lei penal no tempo:

a) conflitos de leis penais no tempo: aplica-se a regra geral, a lei que está vigente ao tempo do fato.

▷ A exceção está na lei posterior mais benéfica, conforme o art. 5º, XL da CF.

b) Abolitio criminis: A lei nova descriminaliza fatos até então considerados criminosos. De acordo com o art. 2º do CP, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixe de considerar crime, cessando em virtude dessa lei a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

▷ cessam apenas os efeitos penais, de forma que o réu continua obrigado a reparar o dano.

importante

→ a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

c) Princípio da continuidade normativo-típica: a mera revogação formal da lei não dá ensejo à abolitio criminis.

↳ a mesma lei deu nova redação a outro artigo.

d) combinação de leis: o juiz toma pontos favoráveis de duas ou mais leis, combinando-os no caso concreto.

e) leis penais temporárias e excepcionais: leis temporárias são aquelas que possuem prazo de vigência previamente determinado. Leis excepcionais são aquelas que vigem durante uma situação emergencial, como a guerra ou a calamidade.

____/____/____
midade pública.

f) **tempo do crime:** considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

g) **Súmula 711 STF:** A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

↳ **lei penal no espaço:**

a) **territorialidade temperada:** É o princípio adotado no art. 6º, caput, do CP.

Por permitir a incidência de regras do direito internacional, o Código brasileiro adotou o princípio da territorialidade mitigada ou temperada.

b) **conceito de território nacional:** o território abrange a superfície terrestre, as águas territoriais e o espaço aéreo.

c) **lugar do crime:** considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir o resultado.

d) **extraterritorialidade:** É a aplicação da lei penal brasileira a crimes praticados fora do BR.

↳ não se estende às contravenções penais.

___/___/___

e) Pena cumprida no estrangeiro: na hipótese de o agente ter sido condenado pelo mesmo crime no BR e no estrangeiro, deve-se evitar a dupla punição.

► art. 8º CP: a pena cumprida no estrangeiro atenua a imposta no BR pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.